

POVO LIVRE

SENTIR PORTUGAL EM CASTELO BRANCO

No domingo, Luís Montenegro esteve no Centro Geodésico de Portugal, em Vila de Rei, onde começou o périplo “Sentir Portugal em” que percorrerá os 11 concelhos da Beira Baixa. O Presidente do PSD estará em Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão

12 PARLAMENTO

PSD QUER OUVIR JOÃO GOMES CRAVINHO NO PARLAMENTO

O PSD quer ouvir o ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo titular da Defesa, João Gomes Cravinho, e o secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, sobre as investigações que envolvem a tutela

15 LOCAIS

PENACOVA ORÇAMENTA A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE

O executivo da Câmara de Penacova aprovou a proposta de orçamento para 2023, no valor de 17 milhões de euros e marcado pela “contenção e rigor”, com os votos a favor do PSD e contra do PS

26 REGIONAIS

ORÇAMENTO DA MADEIRA PARA 2023 É “ARROJADO E CONSISTENTE”

O Presidente do Governo da Madeira afirmou, dia 12, que o Orçamento Regional para 2023, de 2.071 milhões de euros, aponta um “rumo e estratégia para o futuro”, sendo “arrojado e consistente”

EUTANÁSIA DEMOCRÁTICA

O autoritarismo na Assembleia da República é mais um passo num estado progressivo de desgaste político do Governo



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Na política, existem diferentes ideologias, diferentes formas de atuar e de ver a sociedade. Todavia, há matérias que não conhecem as fronteiras comumente definidas entre esquerda e direita, não se reduzem a campos ideológicos ou a pragmáticas partidárias.

É o caso da regionalização ou do aborto, temas que sustentam divergências mesmo entre correligionários de um partido. E é, também, o caso da eutanásia.

Como sabemos, foi aprovada, há dias, pela maioria dos parlamentares a legislação que permitirá viabilizar a eutanásia, isto após algumas tentativas anteriores terem sido recusadas ou vetadas, permitindo, caso não haja um veto presidencial, a sua entrada em vigor num futuro próximo.

No entanto, a vontade de legislar sobre esta matéria provocou um incidente parlamentar grave, com o Presidente da Assembleia da República a ignorar a sua obrigação de imparcialidade ao inviabilizar a proposta de referendo apresentada pelo PSD sobre esta matéria.

Foi notória a falta de diligência em agendar a proposta do PSD. É certo que a possibilidade da sua viabilização era muito reduzida, mas existe uma grande diferença entre uma certeza de um quase chumbo de uma proposta e a inviabilização da votação da mesma. Pior quando tal acontece na “Casa da Democracia” e com o protagonismo do seu Presidente, que tomou a parte dos seus em vez de manter o seu papel.

A história lembra-nos que tanto a regionalização como o aborto foram objeto de referendo, tendo sido dada a voz aos cidadãos e aos movimentos criados nesses contextos, abrindo-se espaço ao debate democrático e esclarecedor entre as partes em confronto.

Para o PSD, o povo português tem a maturidade suficiente para se pronunciar sobre este tipo de matérias, sendo fundamental o debate das mesmas num sistema que se pretende democrático.

Por isso, o exemplo de autoritarismo democrático a que se assistiu na Assembleia da República é mais um passo num estado progressivo de desgaste político de um Governo cada vez mais desnordeado e incapaz de dar as respostas que o país necessita.

É, de facto, um Governo em contagem decrescente para o seu fim.

CONHECER AS PREOCUPAÇÕES E OS BONS EXEMPLOS DE CASTELO BRANCO

Luís Montenegro espera ao longo desta semana viver de perto as preocupações das famílias, empresas e instituições do distrito de Castelo Branco.

No domingo, dia 11 de dezembro, em Vila de Rei, no primeiro dia da iniciativa “Sentir Portugal em”, que percorrerá os 11 concelhos da região albacastrense, o líder do PSD afirmou que a Beira Baixa se vê “confrontada com a perda de população, a falta de oportunidades de empregos, serviços públicos e de acessibilidades”.

“[Estou] com a expectativa de poder dar sequência a este processo de auscultação, de convivência, com as realidades que, no nosso território, são o dia a dia de muitos portugueses, muitas instituições, muitas empresas, muitas famílias, sabendo de antemão que há muitas matérias que preocupam as pessoas desta região, em particular, o facto de estarmos num distrito que tem sido confrontado com a perda de população, a falta de oportunidades de empregos, serviços públicos, de acessibilidades”, disse.

”

A Beira Baixa está “confrontada com a perda de população e a falta de empregos”

Luís Montenegro





O Presidente do PSD pretende, “no final da semana, ter uma consciência bem mais forte dos grandes desafios”, assim como “daquilo que se faz bem” nesta região.

Ainda no domingo, depois de visitar o Centro Geodésico de Portugal e o Museu da Geodesia, em Vila de Rei, Luís Montenegro enalteceu o “bom exemplo de aproveitamento de recursos naturais, identitários, com vista à promoção de Vila de Rei”. “Estou empenhado no terreno em superar esta expectativa”, sintetizou.

Castelo Branco é o quarto distrito em que Luís Montenegro cumpre a promessa de passar uma semana por mês em cada distrito de Portugal. Depois de Viseu, Évora e de Viana do Castelo é agora a vez de Castelo Branco.





”

“Quero ter uma consciência bem mais forte dos grandes os desafios”, assim como “daquilo que se faz bem” nesta região

Luís Montenegro



ANTÓNIO COSTA É “PIOR FASE DE

**Luís Montenegro acusa o Primeiro
“pior fase de sempre” do Serviço N**

”

**O Estado está outra
vez a pagar tarde e
a más horas**

Luís Montenegro

“Apesar de ser monocolor, de ter maioria absoluta no Parlamento, o Governo está a transportar os portugueses para a pior fase de sempre naquilo que é a incapacidade de resposta no Serviço Nacional de Saúde. (...) Hoje, o Estado está outra vez a pagar tarde e a más horas, as dívidas estão a acumular-se, o SNS está a absorver mais recursos financeiros e o serviço é pior”, considerou.

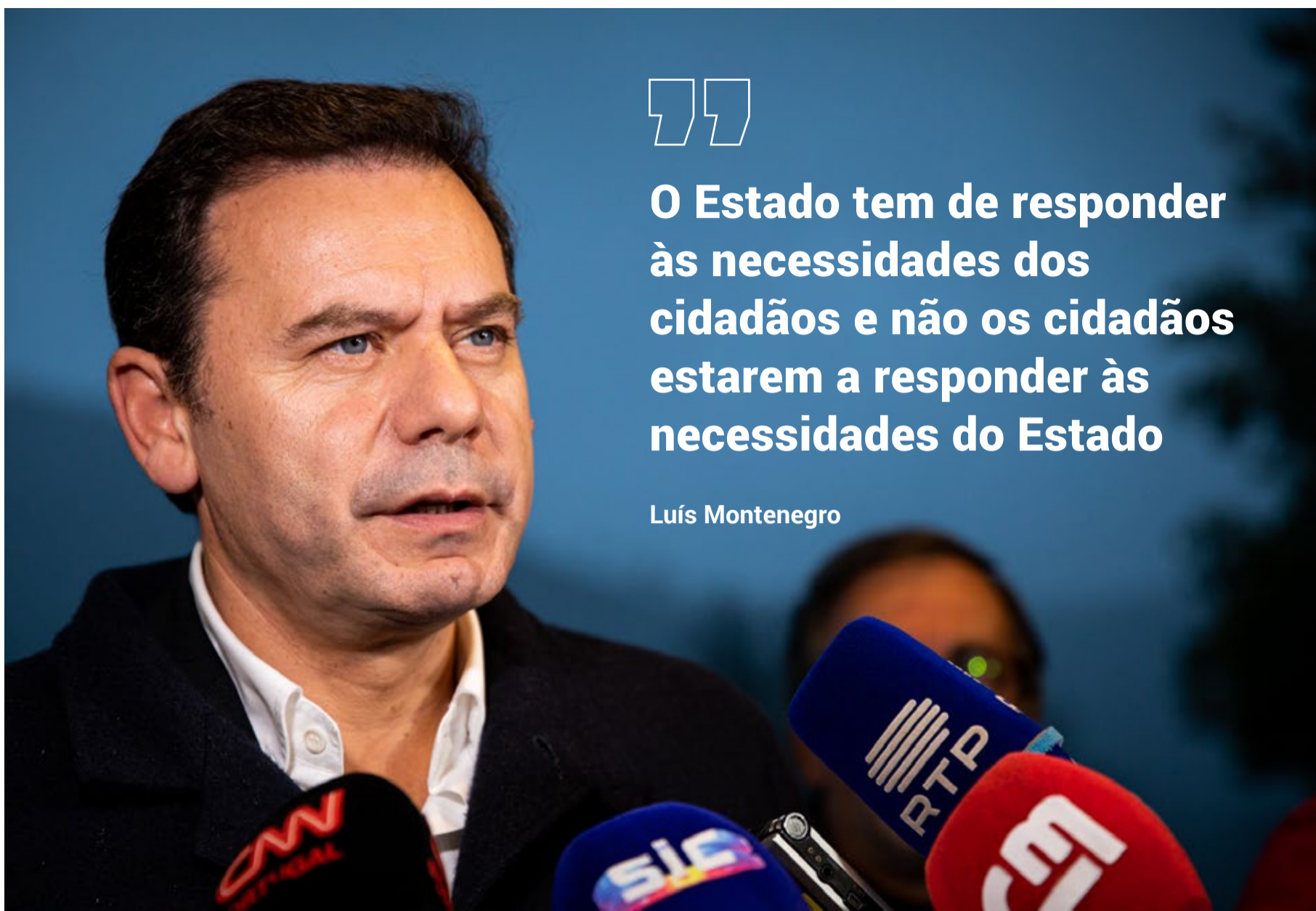
O líder do PSD, que se encontrava em Vila Velha de Ródão, na segunda-feira, 12 de dezembro, no segundo dia do “Sentir Portugal em Castelo Branco”, assinala estranhamente que, embora o Estado gaste mais dinheiro do que em 2015, “a quantidade e a qualidade dos serviços prestados é pior”, e isso “cria uma dificuldade enorme à vida das pessoas”. “E cria um efeito perverso. Esta voragem ideológica do PS, em querer concentrar toda a resposta do sistema no Serviço Nacional de Saúde, que é um elemento fundamental, estruturante, do nosso sistema, fez com que a maioria dos portugueses fosse encaminhada para o setor privado e hoje haja mais de 4 milhões de portugueses que paguem ou um seguro de saúde ou subsistemas, como a ADSE e outros”, frisou.



RESPONSÁVEL PELA E SEMPRE” DO SNS

o-Ministro e o Governo socialista de serem responsáveis pela
Nacional de Saúde (SNS) em Portugal.





O Estado tem de responder às necessidades dos cidadãos e não os cidadãos estarem a responder às necessidades do Estado

Luís Montenegro

Agrava-se o abandono dos profissionais de saúde do setor público para o privado



Ainda em comparação com o período de resgate externo de Portugal, Luís Montenegro diz que, nessa altura, o País conseguiu “ter mais e melhor resposta nos serviços de saúde, entre 2011 e 2015, quando tínhamos a troika que o PS trouxe para cá em Portugal, do que agora”. “Conseguimos reduzir o preço dos medicamentos em 30% naquele quadriénio, coisa que o PS não consegue hoje. Nós conseguimos saldar grande parte das dívidas, que eram 3 mil milhões de euros que o PS acumulou até 2011. Nós conseguimos financiar os hospitais públicos, para prestarem melhores serviços e poderem negociar com os fornecedores, quer a compra de medicamentos quer de equipamentos”, exemplificou.

Um dos aspetos mais reveladores do estado do SNS é o abandono dos profissionais de saúde do setor público para o privado, onde encontram “melhores condições remuneratórias”.

Luís Montenegro lembra, por isso, que o PSD tem historicamente dado mais “contributos para salvar o SNS do que o PS”, pelo que “não vale a pena o PS vir com papões repetitivos, cansativos (...), dizer que o PSD defende a privatização ou o fim do SNS”. “Nós sempre preconizamos que o sistema deveria ser complementar, que o Estado pode prestar serviço público através de uma misericórdia ou mesmo de um hospital privado, se eventualmente for essa a carência dos serviços que os cidadãos precisam. O Estado tem de responder às necessidades dos cidadãos e não os cidadãos estarem a responder às necessidades do Estado, entregando a maior parte do rendimento que ganham ao setor, através de impostos e de contribuições”, sublinhou o Presidente social-democrata.



SOLIDARIEDADE, PERANTE A SITUAÇÃO DE CHEIAS

Autarcas, forças de segurança, agentes da proteção civil e bombeiros procuraram salvar vidas humanas e proteger os bens

Em Castelo Branco, na terça-feira, no terceiro dia da iniciativa "Sentir Portugal em...", Luís Montenegro começou por dirigir uma palavra de "solidariedade" aos autarcas, forças de segurança, agentes da proteção civil e corporações de bombeiros que estão a trabalhar "para salvar vidas humanas" e os bens das populações atingidas pelas condições meteorológicas adversas.

"Está a ser um momento de grande aflição em alguns pontos do país e não posso deixar de estar solidário com todos aqueles que estão a ser confrontados com esta situação e desejar que a situação seja normalizada o mais breve possível", afirmou.

Após reunir com a administração do Hospital Amato Lusitano/ULS de Castelo Branco, o Presidente do PSD criticou o "possível encer-

ramento da maternidade", lamentando a ausência de informação do Ministério da Saúde sobre o futuro desta unidade.

Para Luís Montenegro, o encerramento de maternidades, serviços de obstetrícia e de urgência pediátrica tem "um efeito direto nas populações", além de criar "um sentimento de insegurança das pessoas", porque deixam de ter acesso a "serviços essenciais".

"Não podemos ter serviços públicos perspetivados apenas numa filosofia de relação entre a densidade populacional e os serviços que são proporcionados. Neste particular, preocupa-me de sobremaneira que se possa estar a preparar nas costas das populações, autarcas e dirigentes hospitalares, que não têm informação, e dessa maneira tornar o acesso à saúde menos próximo", referiu.





”

O encerramento de maternidades tem “um efeito direto nas populações”

Luís Montenegro



PSD QUER OUVIR JOÃO GOMES CRAVINHO NO PARLAMENTO

O PSD quer ouvir no parlamento o ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo titular da Defesa, João Gomes Cravinho, e o atual secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, sobre as investigações que envolvem aquela tutela.

“Verificam-se graves prejuízos para o Estado, há ajustes diretos exóticos, há falhas brutais de avaliação, há desautorizações evidentes, há desvalorizações indecifráveis, há ocultações censuráveis, há proteções ininteligíveis, há pressas inexplicáveis, há pelo menos uma nomeação incompreensível e há, ainda, muitas explicações por dar aos portugueses. Essas explicações são devidas pelo Governo e muito em particular por alguns membros do Governo, que tardam em as oferecer”, acusam os social-democratas.

O requerimento entregue, dia 12 de dezembro, pelo Grupo Parlamentar do PSD surge no âmbito da operação “Tempestade Perfeita” desencadeada na semana passada pela Polícia Judiciária (PJ), em coordenação com o Ministério Público, que resultou em cinco detenções, entre as quais três altos quadros da Defesa e dois empresários, num to-

tal de 19 arguidos, que respeita ao período em que João Gomes Cravinho tutelou aquele ministério.

Os deputados da bancada social-democrata sublinham que em causa está “um alegado esquema de corrupção que envolveu, entre outras, as obras de reabilitação do Hospital Militar em Lisboa e a sua transformação em Centro de Apoio Militar para doentes com covid-19, uma empreitada que durou apenas três semanas, mas custou três vezes mais do que o inicialmente previsto”, salientando que “ao todo foram gastos cerca de 3,2 milhões de euros, quando o valor autorizado era de apenas 750 mil euros”.

O PSD refere que sobre esta empreitada “recaíram despachos do então secretário de Estado da Defesa Nacional, Jorge Seguro Sanches, em que são sublinhadas suspeitas quanto aos ajustes diretos efetuados, denunciada a prática de atos





por parte do ex-diretor-geral dos Recursos da Defesa Nacional [Alberto Coelho] à margem das suas competências legais e identificadas despesas realizadas por aquele, mas não autorizadas”.

No texto salienta-se que “a auditoria da Inspeção Geral da Defesa Nacional sobre esta mesma empreitada comportava acusações gravíssimas ao ex-diretor-geral dos Recursos da Defesa Nacional”.

Os sociais-democratas defendem que “o então ministro da Defesa Nacional [João Gomes Cravinho] descreditou, objetiva e ostensivamente, o conteúdo dos dois despachos negativos do seu secretário de Estado da Defesa, escondeu primeiro e relativizou depois as conclusões da auditoria da Inspeção Geral da Defesa Nacional, contestou que a gigantesca derrapagem da empreitada tivesse ocorrido, validou politicamente todas as decisões to-

mas, mostrou grande satisfação com o resultado final”.

“E, para cúmulo, por sugestão de Marco Capitão Ferreira, atual secretário de Estado da Defesa Nacional, nomeou o ex-diretor-geral dos Recursos da Defesa Nacional para presidente do Conselho de Administração da ETI (EMPORDEF - Tecnologias de Informação, S.A), uma empresa do universo da holding IdD Portugal Defence (Indústrias de Defesa), pessoa a quem, ademais, dirigiu rasgados elogios no parlamento”, criticam.

O PSD considera ser forçado a concluir que “as detenções suprarreferidas, bem como a motivação subjacente às mesmas, toda a factualidade descrita é demasiado grave”.

EUTANÁSIA

PRESIDENTE DO PARLAMENTO VESTE CAMISOLA DO PS

João Moura foi reeleito, sábado, 26 de novembro, Presidente da Comissão Política Distrital de Santarém, com 75% dos votos (766), tendo 23,5% (240) dos militantes votado no candidato adversário, Jorge Gaspar.



O PSD acusou, dia 9 de dezembro de 2022, o Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, de “não ter conseguido despir a camisola do PS” ao inviabilizar a proposta de referendo do PSD sobre a eutanásia.

Numa intervenção em plenário, na Assembleia da República, o vice-Presidente do grupo parlamentar, Joaquim Pinto Moreira, lamentou que Augusto Santos Silva não tivesse tido a “diligência devida” para que a iniciativa do PSD fosse a votos no dia em que o Parlamento aprovou a despenalização da morte medicamente assistida.

PENACOVA ORÇAMENTA A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE

O executivo da Câmara de Penacova aprovou a proposta de orçamento para 2023, no valor de 17 milhões de euros e marcado pela “contenção e rigor”, com os votos a favor do PSD e contra do PS.

“O orçamento para 2023 será de contenção e rigor, mas não compromete a estratégia de desenvolvimento traçada para o concelho”, afirmou o presidente da Câmara de Penacova, Álvaro Coimbra.

O executivo camarário, liderado pelo PSD, viu a proposta ser aprovada na reunião extraordinária que decorreu dia 7 de dezembro.

“Com um valor um pouco acima dos 17 milhões de euros, o orçamento municipal para 2023 é fortemente marcado pela conjuntura económica (tendência inflacionista) e pela necessidade de acomodar o forte aumento da eletricidade, gás, combustíveis e matérias-primas, tendo este último fator reflexo significativo no aumento das empreitadas em curso”, referiu o município.

Esta proposta, num montante inferior em cerca de dois milhões de euros ao orçamento deste ano, é, para Álvaro Coimbra, “um exercício económico exigente e, ao mesmo tempo, desafiante, marcado pelo clima de incerteza provocado pelo conflito na Ucrânia”.

“Por outro lado, as transferências do Estado não acompanham a tendência de subida dos custos associados à aquisição de bens e serviços e remunerações”, realçou.

Apesar disso, a proposta de orçamento para 2023 prevê vários projetos no concelho, como a requalificação do Centro de Saúde de Penacova, com candidatura já submetida ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), num valor aproximado de um milhão de

euros, o programa de recuperação do setor da habitação ou a musealização da Casa das Artes Martins da Costa.

Projetos na área do ambiente e floresta, conversão de antigas escolas primárias para alojamento temporário, apoio a refugiados e a modernização do auditório municipal são algumas das propostas presentes no documento.

“A chegada do novo quadro comunitário, o PT2030, alimenta a esperança de poder alavancar outros projetos em áreas como as infraestruturas, educação, saúde e turismo”, frisou a autarquia, que irá manter em 0,3% a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a derrama e a taxa municipal de direitos de passagem em 0%.



CÂMARA DE OURÉM APROVA ORÇAMENTO PARA 2023

A Câmara de Ourém, no distrito de Santarém, aprovou no dia 5 de dezembro, por maioria, o orçamento para 2023, de 56,5 milhões de euros, mais 4,8% do que o deste ano.

Na reunião do executivo municipal, o Presidente da autarquia, Luís Albuquerque, eleito pela coligação PSD/CDS-PP, salientou que o orçamento foi feito “sob uma grande incerteza, uma grande imprevisibilidade”, assumindo “muitas dificuldades” na sua elaboração e elencando diversos fatores que influenciam o documento.

A este propósito apontou a questão da energia (a autarquia teve este ano um custo de mais dois milhões de euros), a revisão de preços de obras e o apoio aos mais necessitados ou aos refugiados da guerra na Ucrânia, referindo ainda o “grau de incerteza” relacionado com os quadros comunitários ou o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A imprevisibilidade na transferência de competências por parte do Estado foi outra questão levantada por Luís Albuquerque, notando que ao nível da saúde não se sabe como nem quando, e, no âmbito da educação, esta é “altamente deficitária para o município”, na ordem dos 400 mil euros por ano.

Segundo o autarca, o orçamento para 2023 contempla para a comunicação e transportes 7,9 milhões de euros, seguindo-se a habitação e urbanismo (6,8 milhões de euros) e o desenvolvimento económico (seis milhões de euros).

Logo depois surge a rubrica educação (5,7 milhões de euros), as instalações e serviços municipais (dois milhões de euros), proteção civil (1,6 milhões de euros) e freguesias (1,4 milhões de euros).

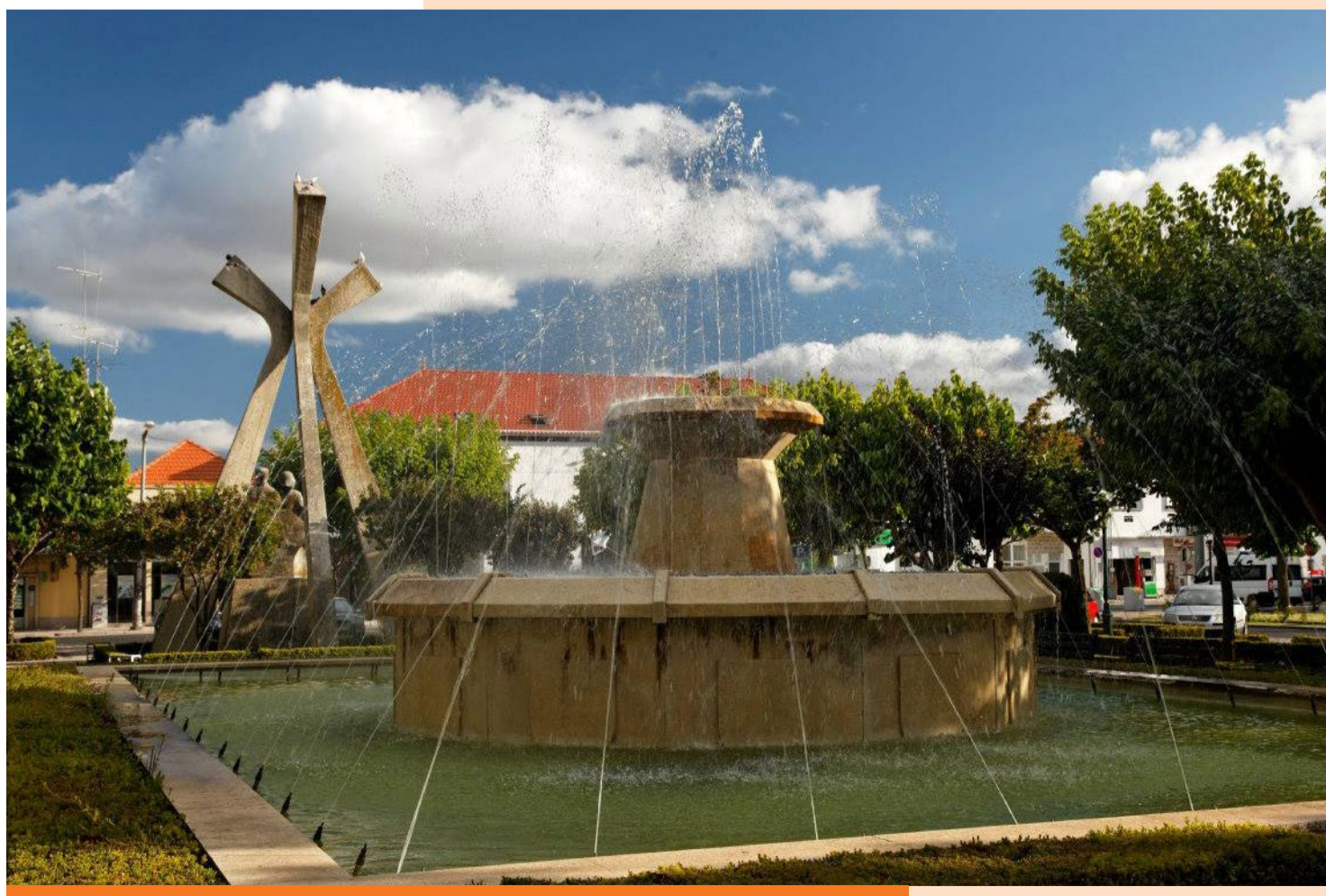
Luís Albuquerque destacou que está previsto nos documentos previsionais um investimento de 25,8 milhões de euros, realçando ainda uma poupança corrente de 3,3 milhões de euros e de 5,8 milhões de euros “de apoios concedidos a terceiros”, onde se incluem freguesias, instituições particulares de solidariedade social e associações.

Município aceita desagregação de três uniões de freguesias

O Município de Ourém deliberou também, por unanimidade, não se opor às propostas de desagregação das uniões de freguesias de Gondemaria e Olival, Rio de Couros e Casal dos Bernardos, e Matas e Cercal.

Na reunião de câmara, o executivo deliberou ainda remeter estes processos para a Assembleia Municipal, que se reúne dia 15 extraordinariamente para esta matéria.

Se avançar a desagregação das uniões de freguesias de Gondemaria e Olival, Rio de Couros e Casal dos Bernardos, e Matas e Cercal, o concelho de Ourém ficará com apenas uma união de freguesias, que junta Freixianda, Ribeira do Fárrio e Fomigais.



MIRANDA DO DOURO INVESTE 8 MILHÕES DE EUROS EM SAÚDE

A Câmara de Miranda do Douro aprovou, com os votos contra da oposição socialista, um orçamento com montante global de 25,9 milhões de euros para 2023, mais de sete milhões de euros face ao de 2022.

“Este aumento de verba no orçamento é considerado o maior de sempre, devendo-se ao processo de transferência de competências do Estado para as autarquias e ao conjunto de obras com um grande peso financeiro que transitam para o próximo ano”, afirmou a Presidente da câmara, Helena Barril (PSD).

Segundo a autarca social-democrata do distrito de Bragança, o orçamento prevê um investimento de “mais de oito milhões de euros de investimento em obras de construção e requalificação, na implementação do seguro de saúde municipal, na modernização dos equipamentos existentes e na modernização do parque de máquinas e viaturas”.

“O documento aprovado em sede de reunião de executivo municipal em 30 de novembro mantém uma linha de investimento nos equipamentos, nas escolas, o apoio ao movimento associativo e às iniciativas culturais que foram reforçados, bem como as funções sociais do município, acompanhando a dinâmica existente no concelho, com uma redução acentuada dos impostos municipais”, vincou.

De acordo com Helena Barril, houve também um reforço de verbas para a requalificação do parque habitacional no âmbito da Estratégia Local de Habitação, avançando já no próximo ano com o início da requalificação de edifícios municipais, como é o caso do auditório (já com projeto), biblioteca e as instalações do antigo ciclo preparatório, entre outros equipamentos.

A construção do matadouro intermunicipal é outra das grandes

apostas em termos de criação de infraestruturas e que tem uma dotação de mais de quatro milhões de euros.

A requalificação das Estação de Tratamento de Água (ETA) é outro dos investimentos programados no orçamento de 2023, com 850 mil euros, e ainda a implementação de telegestão no abastecimento na rede de água do concelho.

Já no campo fiscal, o executivo de Miranda do Douro prevê isentar as empresas do pagamento da Derrama. Outra das iniciativas é a manutenção do IMI nos valores mínimos (0,3%).

Para a oposição socialista na câmara de Miranda do Douro, “o orçamento anual de cada município elenca e quantifica as escolhas políticas e financeiras, feitas pelo executivo que foi eleito para governar cada câmara municipal. Essas escolhas foram anunciadas e defendidas em

cada um dos programas eleitorais sufragados”.

“Por exemplo, no que diz respeito ao setor da saúde, este orçamento aloca verbas avultadas para a implementação de um seguro municipal de saúde privado, com o qual a equipa do Partido Socialista não concorda, por ver aí uma tentativa de privatização do setor da saúde, assim como uma duplicação dos serviços já propostos pelo Serviço Nacional de Saúde”, indicam os vereadores socialistas.

O executivo municipal de Miranda do Douro é constituído por três eleitos por uma coligação formada pelo PSD/CDS-PP e dois eleitos pelo PS. A Assembleia Municipal de Miranda do Douro é de maioria da coligação PSD/CDS-PP. O orçamento municipal de Miranda do Douro será apresentado no dia 23 de dezembro, para apreciação e votação na Assembleia Municipal.





“INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES” PARA PAÇOS DE FERREIRA CONTINUAM ADIADOS

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Paços de Ferreira votaram, dia 30 de novembro, contra o orçamento para 2023 apresentado na reunião do executivo municipal.

A tendência do voto dos sociais-democratas prende-se pelo facto da maioria socialista ter apresentado um orçamento que assenta na continuação da estratégia de municipalização do concelho.

“Apesar das obras anunciadas, que votamos favoravelmente, a linha estratégica que está presente é da continuidade de municipalização do concelho. A exclusão do setor associativo empresarial e social permanece, o que para o PSD é um obstáculo ao desenvolvimento do concelho”, justificou o PSD, na declaração de voto apresentada na discussão do orçamento, reforçando o apoio incondicional as obras infraestruturantes para o concelho, como vem demonstrando ao longo das suas posições políticas enquanto vereadores da oposição e enquanto governantes do executivo

municipal, onde sempre valorizou o desenvolvimento infraestrutural, económico e social.

“Após análise atenta ao conteúdo das propostas vertidas no orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023, tal como já referimos no estatuto de direito de oposição, esperava-se que depois de 9 anos de governação desta maioria socialista, este fosse um orçamento de concretização. No entanto, mesmo com as preocupações manifestadas pelo PSD de Paços de Ferreira ao longo dos anos fica o registo que os investimentos estruturantes para o concelho continuam, orçamento após orçamento, adiados na sua materialização. O posto da GNR de Freamunde, a Casa das Artes em Freamunde, a Academia Profissional, sintéticos em todas as Freguesias, a ausência de novas valências



sociais, são apenas alguns exemplos”, assinalam os vereadores Alexandre Costa, Luís Miguel Martins e Sílvia Ferreira.

Os vereadores social-democratas não esquecem os anúncios da atual maioria socialista, que “com pompa e circunstância, com a presença do dr. Antonio Costa em plena pré-campanha eleitoral para as autárquicas de 2017”, “anunciou a requalificação do Bairro do Outeiro em Freamunde e que até hoje não se encontra concluída”. Além disso, no primeiro mandato, foi anunciada a requalificação da EB 2,3 de Paços de Ferreira com um investimento superior a 4 milhões de euros, “obra essa que iria começar no ano seguinte a até hoje não passa de mera intenção”.

Os autarcas defendem o aproveitamento dos fundos comunitários

disponibilizados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, para que o concelho possa conquistar os investimentos que pecam por tardios. “As candidaturas agora em curso, que registamos com agrado e já votadas favoravelmente pelo PSD, sejam efetivamente concretizadas e que permitam reverter a estagnação que o concelho viveu nos últimos anos, provocada por uma governação socialista sem estratégia de desenvolvimento integrado do território”, criticam.

“Mesmo com o mérito de algumas propostas constantes neste documento, que o plano de recuperação e resiliência possibilita, continuamos a assistir a uma gestão ziguezagueante, onde a dotação financeira dos projetos é frequentemente colocada e retirada dos planos plurianuais nos orçamentos,

demonstrando uma clara falta de rumo e objetividade na governação. O expoente máximo desta política ziguezagueante é a gestão do processo de concessão de água e saneamento, com entendimentos, acordos, memorandos, tribunais e mais recentemente o anúncio de rescisão, parecendo que ao longo do processo o presidente de câmara não foi o mesmo. Dossier que para o PSD, neste documento que hoje votamos, deviam constar todos elementos previsionais e contingências relativas ao pedido de rescisão e consequente gestão pelo Município”, sublinharam.

Os vereadores apontam também a ausência de referências relativas ao apoio ao sector económico do concelho, onde o repetido anúncio do plano estratégico para os sectores do mobiliário e do têxtil não saem do papel. “A falta de investimento na promoção das marcas de referência do concelho como são a ‘Capital do Móvel’ e o ‘Capão a Freamunde’ são mais uma vez uma realidade neste orçamento. A formação profissional que mandato após mandato é bandeira deste executivo, com sucessivos anúncios, não passa disso mesmo, anúncios. É incompreensível para qualquer cidadão deste concelho a apresentação de um novo investimento de 15 milhões de euros, por esta maioria, para a construção de uma nova ETAR, um ano após o Sr. Presidente de Câmara ter anunciado o pleno funcionamento da requalificação da atual ETAR, que custou 5 milhões de euros, sem

qualquer explicação ou responsáveis”, acrescentaram.

Por fim, de acordo com os vereadores, “neste orçamento, fica mais uma vez manifestada a barreira ideológica desta maioria socialista, onde a incapacidade em delegar ou estabelecer parcerias é notória. As delegações nas Juntas de Freguesia são das mais baixas da região, demonstrando uma falta de confiança nos Sr.(s) Presidentes de Junta, prejudicando um desenvolvimento homogéneo do concelho. Barreira que percorre todo o tecido associativo, onde não existiu a capacidade para desenvolver projetos conjuntos, que fossem potenciadores de uma valorização das instituições e dos projetos, mas mais importante ainda, motivadores da sua implementação”.

“Lamentamos que relativamente as propostas do PSD ao abrigo do estatuto do direito de oposição se tenha tornado um hábito não as valorizar, ignorando-as, implantando-as nos orçamentos seguintes como medidas suas. Apesar das obras anunciadas, que votamos favoravelmente, a linha estratégica que está presente é da continuidade de municipalização do concelho. A exclusão do setor associativo empresarial e social permanece, o que para o PSD é um obstáculo ao desenvolvimento do concelho. Assim, face às considerações expostas, os vereadores do PSD, votam com contra a proposta de orçamento para 2023”, concluem os autarcas.

PSD DE MATOSINHOS QUE INVESTIMENTOS

O PSD de Matosinhos reivindica a “urgentes” investimentos na rede de metro pelo motivo pelo qual solicitou uma re



”

**A Metro do Porto
não deve resumir os
projetos de expansão
a uma contingência
financeira**

Bruno Pereira

ER “NOVOS E URGENTES” NA REDE DE METRO

construção de linhas “prioritárias” e “novos e urgentes” na rede de Metro neste concelho do distrito do Porto, em reunião com a administração da empresa.



Em comunicado, o Presidente da concelhia do PSD de Matosinhos, Bruno Pereira, referiu que o projeto da linha de São Mamede de Infesta, que parte da Senhora da Hora em direção ao Hospital São João, no Porto, que culminaria com o encerramento da linha circular à volta da cidade do Porto, foi “sucessivamente ultrapassada” por outros projetos.

“Nos projetos de expansão futuros da Metro do Porto, esta linha tem de ser considerada prioritária, pois para além da grande densidade populacional e do impacto urbanístico, a mesma culmina com o encerramento das linhas circulares à volta da cidade do Porto”, considerou.

Numa altura em que se comemoram 20 anos do serviço comercial da Metro do Porto, o vereador social-democrata pediu uma reunião ao Presidente do conselho de administração da Metro, Tiago Braga, para lhe apresentar um plano de

investimentos na rede de metro, em Matosinhos.

“Deve ser dada prioridade a uma linha para o norte do concelho de Matosinhos, para Leça da Palmeira, que sirva a Exponor, as novas zonas residenciais que estão na calha e acautelar o futuro do que vier a ser construído nos terrenos da Petrogal [antiga refinaria], seja habitacional, empresarial ou serviços, permitindo também o acesso às zonas balneares, por via metro”, disse.

Bruno Pereira adiantou que esta linha, devido à sua localização estratégica “paredes meias” com o Porto e com infraestruturas portuárias, aeroportuárias e viárias “inigualáveis” permitiria melhorar de “forma drástica” a mobilidade na Área Metropolitana do Porto (AMP), libertando a “congestionada A28 e a rotunda Produtos Estrela”.

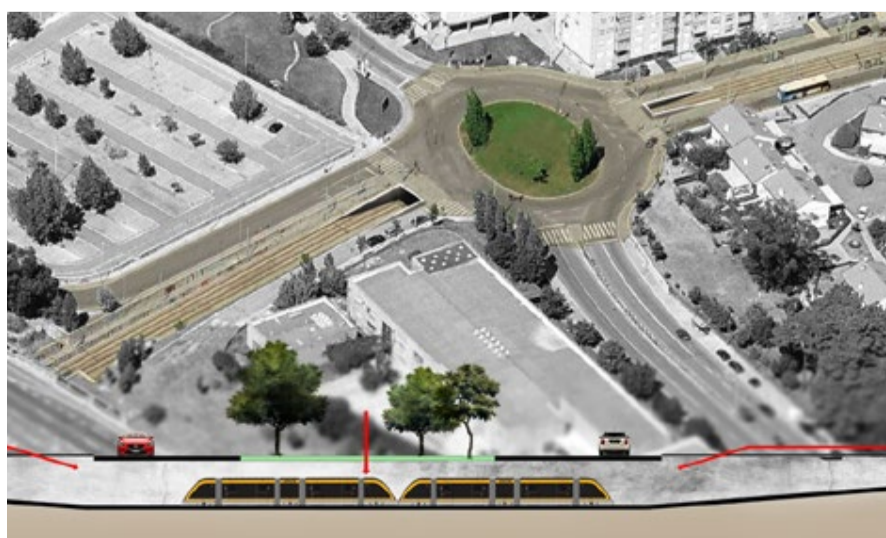
Além disso, o social-democrata entendeu que a Metro não deve resu-

mir os projetos de expansão a uma contingência financeira, mas diversificar e priorizar soluções dinâmicas, corrigindo desequilíbrios estruturais persistentes, tais como abolir as barreiras arquitetónicas existentes para pessoas com mobilidade reduzida, assegurando a igualdade de acesso às infraestruturas e locais públicos.

“Mais devem optar por realizar empreitadas de aperfeiçoamento e reformulação da rede de metro, a qual em alguns troços se encontra em sobreposição e conflito com a rede rodoviária, criando um impacto de mobilidade nefasto dentro dos concelhos, como facilmente se exemplifica, nas rotundas do metro na saída da A4 para Matosinhos (rotunda da Avenida da República), na entrada para o Hospital Pedro Hispano ou ainda na rotunda da ESAD, sita nas imediações do NorteShopping”, sublinhou.

O vereador do PSD salientou que o facto de o metro ser de superfície nestas rotundas origina um conflito de mobilidade desnecessário, pelo que, nestes locais, o Metro deve ser configurado para curtas extensões de túneis subterrâneos, projetos de baixo custo, mas com alto impacto na mobilidade dentro do concelho.

Atualmente, estão em obra a extensão da Linha Amarela entre Santo Ovídio e Vila d’Este (Vila Nova de Gaia), a construção da Linha Rosa (São Bento - Casa da Música), e está projetada a Linha Rubi (Santo Ovídio - Casa da Música).





PONTO DE SITUAÇÃO À RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E AO ATERRO DE SERMONDE

PSD DE GAIA REUNIU COM A

Uma das maiores preocupações manifestada pelo PSD de Gaia refere-se à selagem do aterro de Sermonde, que já deveria ter ocorrido há cerca de dez anos.

Os dirigentes e autarcas do PSD de Vila Nova de Gaia, Rui Rocha Pereira, Presidente da Comissão Política de Secção, Paulo Melo Martins, vice-Presidente, Rosário Ungaro, vogal da Concelhia, Cancela Moura, primeiro vereador eleito na Câmara Municipal, Maurício Santos, Presidente do Núcleo do PSD de Grijó e Sermonde, e Jorge Castro, primeiro eleito na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Grijó e Sermonde reuniram, no dia 7 de dezembro, com o conselho de administração da Suldouro. O objetivo deste encontro foi inteirarem-se e discutirem o aterro de Sermonde, os critérios para a recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) e o princípio do poluidor-pagador, recentemente colocado como princípios gerais e quadro de base das decisões da União Europeia (UE).

A Suldouro, representada pelo administrador-delegado José Coelho, representantes dos municípios, César Oliveira e Fernando Moreira, e os técnicos Ana Barbosa e Marco

Magusteiro, traçou uma perspetiva histórica da empresa e apresentou um conjunto de indicadores e metas que se propõe a atingir, com referência aos resultados operacionais e eficiência de gestão.

De acordo com os últimos dados oficiais do PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Urbano), publicados em 2019, que estabelece as metas de deposição de resíduos em aterro, de preparação para reutilização e reciclagem de RSU e de reciclagem de embalagens e de redução do plástico, o PSD manifestou preocupação da empresa não ter atingido e de estar longe de alcançar os valores de referência dos três critérios de avaliação.

Na verdade, em 2019, ao nível das retomas de recolha seletiva a Suldouro registava 40% quando a meta era de 42% e na redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro apresentava 73kg/habitantes/ano, quando a meta era de 42kg, o que naturalmente suscitou justificadas reservas do PSD.



SULDouro

Os membros do conselho de administração reconheceram o facto, mas de acordo com as projeções apresentadas, estão convictos que, quanto à deposição em aterro, corrigirão o desvio das metas do PERSU, em 2022, com dois anos de atraso.

Relativamente aos outros objetivos, que ainda serão definidos pelo novo PERSU 20/30, admitem serem difíceis de atingir, tendo em conta a falta de capacidade instalada para tratamento de resíduos, sendo exemplo disso os resíduos urbanos biodegradáveis, com incineração. Dificuldades logo ao nível dos investimentos necessários, que identificaram com a abertura de dois concursos para a construção de uma nova central de valorização orgânica para tratar os biorresíduos, ambos desertos, o primeiro, em fevereiro de 2020, com um preço-base de 9 milhões de euros e o segundo em 2021, com um preço-base de 10,2 milhões de euros.

Adiantaram ainda que, de acordo com a filosofia do novo PERSU, o

desafio poderá passar por pensar as soluções por região e pela otimização de recursos, com a partilha de infraestruturas entre as diferentes empresas de tratamento de RSU, acrescentando que, se nada for feito ao nível do PRR, nesta área, será muito difícil cumprir com as metas que o País se propõe atingir.

Relativamente ao programa de recolha seletiva de resíduos domésticos porta-a-porta, pese embora seja um exemplo de boas práticas na recolha do “trifluxo”, suscitou algumas reservas pela forma como foi implementado, principalmente quanto aos critérios utilizados para a definição dos arruamentos e freguesias escolhidas a que foi dada prioridade, que julgamos terem criado uma discriminação injustificada dos utilizadores do sistema.

O conselho de administração deu nota de excelentes resultados da recolha, nesta modalidade, com uma taxa de adesão de 30% – não deixando de referir uma ligeira quebra de 11% nos primeiros quatro meses

de 2022, relativamente ao período homólogo de 2021 – e que, de acordo com um estudo que está a ser ultimado, pretendem iniciar uma nova fase para atingir 45 % da população elegível – moradias – entre Gaia e Feira. Salientaram ainda a parceria das Juntas de Freguesia com as opções e estratégia da empresa, nomeadamente na identificação dos locais para a implementação da medida.

Uma das maiores preocupações manifestada pelo PSD de Gaia refere-se à selagem do aterro de Sermonde, que já deveria ter ocorrido há cerca de dez anos. Demos nota que apesar de ter sido estabelecido um conjunto de investimentos, que correspondiam à compensação pela instalação do aterro nas freguesias de Sermonde, Grijó, Serzedo e Perosinho, mas que todos sabem existir ainda compromissos que não foram cumpridos. Que, por outro lado, existem reclamações recorrentes da população sobre os maus cheiros com origem no aterro, seja pela compactação e consolidação, pelo tratamento dos alvéolos, pela circulação de viaturas ou até pelo corte da cortina arbórea. Na verdade, foram goradas as expectativas dos gaienses que vivem nas imediações do aterro, poderem ser compensados com o prometido parque de fruição pública, a construir na sequência da selagem do aterro, o que de certo modo poderia devolver alguma da qualidade de vida de que se viram privados.

O PSD quis saber ainda qual era o período de vida útil do atual aterro do Gestal, situado em Canedo, Santa Maria da Feira, e qual a probabilidade de Gaia ter de voltar a receber um novo aterro, localizado em Vila Nova de Gaia, em face da alternância de aterro entre ambos os concelhos, de 10 em 10 anos.

De acordo com as informações da Suldouro, os trabalhos de selagem já se iniciaram, uma vez que o aterro não recebe resíduos desde 2021. Esta não deposição correspondeu a um investimento de 1,6 milhões de euros, a que se seguirá um plano de selagem, no valor de 4 milhões de euros, cujo concurso está a ser elaborado, prevendo-se lançar o concurso até julho de 2023, tendo o CA garantido que a execução do projeto respeitará o encerramento definitivo, dentro do prazo de vigência da licença de exploração, emitido pela CCDR-Norte, ou seja, abril de 2024.

Quanto ao Gestal, informaram ser o que tem maior capacidade de aterro na região Norte, com capacidade instalada pode permitir receber resíduos até 2034, após o que poderá, tendencialmente, passar por outra solução alternativa – que não um novo aterro – tanto mais que, de acordo com as previsões do PERSU 20/30, a meta estabelecida para a deposição de resíduos em aterro é de 10 kg/habitantes/ano, ainda que seja um objetivo muito difícil de alcançar.

ANTÓNIO SILVA TIAGO REELEITO PRESIDENTE DO PSD DA MAIA

A equipa agora eleita irá continuar o trabalho de proximidade com as estruturas do partido e com os autarcas



Sob o lema “Futuro de Confiança”, António Silva Tiago apresentou-se como candidato às eleições do PSD da Maia, numa lista que agregava um conjunto de militantes com diversidade de pensamento político, uns com elevadas provas dadas ao serviço do partido e da Maia e outros que são chamados a exercer funções no partido pela primeira vez.

Com este processo, que concluiu com a reeleição de António Silva Tiago, para um novo mandato foram mantidas as bases de conforto e tranquilidade no assegurar de um futuro de confiança para o partido para a Maia.

Mantendo a estrutura que conquistou a expressiva vitória obtida nas circunstâncias difíceis em que se

viveram as eleições autárquicas de setembro de 2021, esta candidatura apresentou uma lista candidata à Comissão Política, tem mais mulheres que homens, situação que acontece pela primeira vez na história do partido na Maia. A mesa será agora liderada pelo companheiro José Pereira Leal, reconhecendo uma ímpar dedicação ao PSD da Maia.

Assim, a equipa agora eleita irá continuar o trabalho de proximidade com as estruturas do partido, com os seus autarcas, apostando na formação e informação, preparando assim o futuro de forma a continuar a reforçar o papel e a importância do nosso partido junto da comunidade e contribuir para o que o PSD reconquiste o estatuto de maior partido em Portugal

AUTARQUIA DE SÃO VICENTE CANALIZA 8,5 MILHÕES DE EUROS PARA INVESTIMENTO

A Câmara Municipal de São Vicente, na Madeira, aprovou, dia 11, por unanimidade o Orçamento do município para 2023, no valor de 12,4 milhões de euros, dos quais 8,5 milhões de euros destinam-se a investimento, revelou o executivo camarário.

Do total de 12,4 milhões de euros, 8,5 milhões serão alocados em investimento, com destaque para as áreas do saneamento e abastecimento de água (2,152 milhões) e cultura, desporto, receio e lazer (1,538 milhões de euros), de acordo com o executivo camarário, liderado por José António Garcês (PSD/CDS-PP).

Também está previsto um investimento de 386,1 mil euros no setor da educação, 174,7 mil em ação social e 98 mil no ordenamento do território, bem como 278,8 mil na proteção do meio ambiente e conservação da natureza.

A Câmara Municipal esclareceu que o Orçamento para 2023 é 2% inferior ao deste ano, representando

uma diminuição de cerca 218 mil euros.

O executivo indicou que vai canalizar 80,6 mil euros para amortização de dívidas a médio e longo prazo e, por outro lado, vai prosseguir as medidas de “alívio” da carga fiscal, com o IMI à taxa mínima de 0,3%, aplicação do IMI familiar, isenção de taxas de construção para jovens até 35 anos e não aplicação da derrama.

O Orçamento da Câmara Municipal de Santana, concelho localizado na costa norte da ilha da Madeira, foi aprovado por unanimidade em reunião do executivo, composto por cinco vereadores do PSD/CDS-PP, coligação que também está em maioria absoluta na Assembleia

Municipal, com 12 deputados. Neste órgão têm ainda assento dois deputados da Iniciativa Liberal e um do PS.

Nas autárquicas de 2021, José António Garcês encabeçou a lista da coligação PSD/CDS-PP e voltou a ganhar com maioria absoluta (70,48%), numas eleições em que a Iniciativa Liberal ficou em segundo lugar (12,4%) e o PS em terceiro (9,30%).

O concelho de São Vicente é composto por três freguesias – São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura – e tem 4.865 habitantes (Censos de 2021), que se dedicam essencialmente à agricultura, ao pequeno comércio e ao setor do turismo.

ORÇAMENTO DA MADEIRA PARA 2023 É “ARROJADO E CONSISTENTE”

O Presidente do Governo da Madeira afirmou, dia 12 de dezembro, que o Orçamento Regional para 2023, de 2.071 milhões de euros, que está a ser discutido, aponta um “rumo e estratégia para o futuro”, sendo “arrojado e consistente”.

“É este um orçamento que apresenta um rumo e uma estratégia para o presente e para o futuro da Região Autónoma da Madeira”, declarou Miguel Albuquerque, no encerramento do debate, na generalidade, das propostas de Orçamento e de Plano de Investimentos para 2023, na Assembleia Legislativa do Arquipélago, no Funchal.

O chefe do executivo madeirense, de coligação PSD/CDS-PP, salientou que este é “um Orçamento arrojado e consistente na devolução de rendimentos às famílias por via da redução de impostos e das taxas”, numa política contrária “ao saque fiscal que se verifica a nível nacional”.

O governante enunciou que a proposta “continua a repor rendimentos por via do desagravamento fiscal alargado”, o que corresponde a menos 95,8 milhões de euros de cobrança, um montante que é “devolvido às famílias, aos cidadãos e às empresas”.

Miguel Albuquerque disse ainda que este é “um orçamento de responsabilidade, comprometido com a sustentabilidade das contas públicas, mantendo a credibilidade conquistada” nos anos anteriores, “não enveredando por demagogias despesistas que levam sempre a péssimos resultados para o futuro”.

No seu entender, também “reflete, com sentido de responsabilidade e muita ponderação, as opções adequadas à atual situação regional e europeia”.

“[A proposta] inspira confiança, pois corporiza sem vacilar a concretização dos compromissos assumidos no programa deste Governo”, acrescentou.

Miguel Albuquerque recordou que 2020 e 2121 “foram anos muito difíceis”, marcados pela “maior crise de saúde pública”, referindo-se à pandemia de covid-19, e simultaneamente pela “maior crise social e económica dos últimos decénios, incluindo alguns meses de paragem quase total da economia”.

O Presidente do Governo Regional frisou que a proposta orçamental “não pode deixar de refletir os encargos assumidos na crise sanitária” e que, nos novos apoios, é preciso “fazer face à crise energética e inflacionária que flagela a Europa, como consequência da guerra” na Ucrânia.

“Neste contexto de dificuldade e de incerteza, é bom os madeirenses e porto-santenses saberem que não estão terminadas as dificuldades”, alertou.

O líder insular criticou a falta de apoio da República, estendendo a censura à “oposição regional [liderada pelo PS] que, como é usual, extravasava os habituais disparates e mediocridades da praxe”, disse.

Argumentou que o PS “continua a atuar sem rumo, sem consistência e, sobretudo, sem qualquer noção das suas responsabilidades no quadro de uma democracia adulta e consolidada”, optando, no seu



entender, pelas “mesmas demagogias, mediocridades, lugares comuns”, numa atitude de “servilismo dogmático a Lisboa”.

Miguel Albuquerque indicou que os socialistas aceitam “sem reclamar e aplaudindo, sem hesitar as maiores iniquidades do centralismo jacobino” e o atual líder regional, Sérgio Gonçalves, “fica cobardemente calado quanto à revisão constitucional e aos direitos da Região Autónoma”.

“Medrosamente amordaçado quanto à imperativa revisão da Lei das Finanças Regionais”, criticou.

Miguel Albuquerque considerou que o novo hospital da Madeira é “uma obra essencial”, indicando que o Governo Regional “já concretizou a operação para garantir a totalidade da sua parte de financiamento”.

O Orçamento da Madeira para 2023, de 2.071 milhões de euros,

foi aprovado, dia 12, na generalidade no Parlamento regional, com os votos favoráveis apenas dos dois partidos que suportam o executivo (PSD e CDS-PP), que têm maioria absoluta. A mesma votação teve o Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Madeira (PID-DAR), na ordem dos 775 milhões de euros.



Madeira pesa apenas 0,64% no Orçamento do Estado

A Madeira tem um peso de apenas 0,64% no Orçamento do Estado para 2023, com a transferência de 260 milhões de euros ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, indicou o secretário das Finanças, Rogério Gouveia.

O governante falava no debate do Orçamento da Região para 2023, no valor de 2.071 milhões de euros, que teve início na segunda-feira, no Parlamento madeirense, no Funchal, e se prolonga até quinta-feira.

Rogério Gouveia explicou que o aumento da verba afeta à Presidência reflete, como em todas as áreas, o efeito da inflação e que o desagravamento fiscal é progressivo.

Pelo PSD, o deputado Carlos Rodrigues acusou a oposição de demagogia e recordou a política de desagravamento fiscal e de apoio às famílias promovida pelo executivo de coligação, vincando que entre 2019 e tendo em conta a proposta para 2023, foram já devolvidos 1.350 milhões de euros.

ILHA DO PICO

PSD DOS AÇORES SAÚDA ARRANQUE DE ESTUDO PARA AMPLIAÇÃO DE PISTA DO AEROPORTO

Marco Costa, deputado do PSD/Açores, saúda o Governo Regional pelo arranque do concurso público para a elaboração do estudo prévio sobre a ampliação da pista do aeroporto do Pico em 700 metros, pelo preço base de 195 mil euros.



O parlamentar social-democrata eleito pelo Pico congratula-se assim pelo anúncio publicado em “Diário da República” pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, cujo caderno de encargos prevê a realização de um estudo prévio da extensão da pista de modo a obter um comprimento à descolagem de 2.345 metros, o correspondente a mais 700 metros do que a atual.

Marco Costa diz que “este é um processo que o atual Governo de Coligação abraçou com firmeza, continuando a dar passos objetivos para concretização da obra, há muitos anos aguardada pelos picoenses, e que conferirá uma maior dinâmica do setor turístico da ilha, maior mobilidade aos seus habitantes, a par de uma maior exportação e escoamento dos seus produtos”, reforçou.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, “o estudo inclui uma estimativa de custos do investimento, estimando a sua entrega no prazo de 150 dias, abrangendo ainda levantamentos topográficos de obstáculos a oeste da pista, área para onde será ampliada”.

Com a ampliação da pista pretende-se não só a melhoria das condições operacionais, como o aumento da capacidade comercial quer ao nível de carga como de passageiros, “conferindo assim melhores condições de vida também aos picoenses”, venceu Marco Costa.

O concurso público surge alguns meses após resolução do Conselho de Governo que reconhece o interesse regional no projeto de expansão da pista do Pico, contemplando um conjunto de medidas preventivas em relação à gestão territorial.

Para o parlamentar social-democrata, “o estudo revela-se de grande importância, por proteger diversos aspetos desde a conservação da natureza, à paisagem da cultura da vinha constante da Lista do Património Mundial da UNESCO”.

“Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que o transporte aéreo constitui um instrumento fundamental enquanto fator de desenvolvimento económico e social da ilha, que não deve estar dissociado dos seus condicionantes”, concluiu o deputado.



COMPLEMENTO REGIONAL PARA IDOSOS ESTARÁ ASSEGURADO NO PRÓXIMO ANO

O PSD da Madeira revelou que o complemento regional para idosos da região está assegurado em 2023, estando inscrita uma dotação de quatro milhões de euros na proposta de Orçamento Regional.

“O Governo Regional [PSD/CDS-PP] mantém em 2023 as medidas de apoio de solidariedade e combate à pobreza junto da população mais envelhecida, nomeadamente através do complemento regional para idosos (CRI), com uma dotação orçamental na ordem dos quatro milhões de euros”, apontou a deputada social-democrata Cláudia Perestrelo.

A medida, que considerou ser “um importante reforço da disponibilidade financeira mensal à população sénior que auferem pensões mais baixas”, foi abordada na visita que o grupo parlamentar do PSD/Madeira efetuou ao Centro Comunitário Regional.

“Trata-se de uma verba que é suportada pelo Orçamento Regional, que pretende atribuir uma compensa-

ção financeira mensal aos idosos para fazerem face ao acréscimo de despesas e das dificuldades financeiras que todas as pessoas estão a sentir neste momento”, disse.

Cláudia Perestrelo apontou que este complemento, no “valor mensal de 70 euros, já foi aplicado em 2022 e terá continuidade no próximo ano”.

A deputada sublinhou a pertinência deste complemento “tendo em conta a atual conjuntura económica de grandes dificuldades e o cenário de incerteza que se vive em termos internacionais num contexto de conflitos na Europa, o que tem levado a um aumento dos custos de vida”.

A social-democrata disse que “é fundamental que o Governo Regional continue a adotar medidas de pendor social que vão ao encontro das necessidades das famílias e

daquelas que sentem a inflação no seu bolso diariamente de uma forma mais intensa, nomeadamente aqueles que têm menos rendimentos”.

“E, neste caso, falamos de uma franja da população muito específica, da população mais idosa, aqueles que têm mais de 65 anos e pensões atribuídas pela Segurança Social”, acrescentou.

As propostas de Orçamento Regional para 2023, na ordem dos 2.071 milhões de euros, e do Plano de Investimentos para o próximo ano, de 775 milhões de euros, vão ser discutidas na Assembleia Legislativa a partir de segunda-feira, estando a votação final global agendada para dia 15.



Povo livre

Directora HELENA ROSETA
Subdirectora M. ADELAIDE PAIVA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 335 • 11 de Dezembro de 1980 • Preço 10\$00

CONSELHO NACIONAL Sábado em Lisboa CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do Art.º 33.º dos Estatutos e nos termos do n.º 3 do Art.º 5.º do Reg. Interno, convoco o Conselho Nacional para reunir extraordinariamente no dia 13 de Dezembro às 10h00 em Lisboa, no Hotel Altis, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovar, sob proposta da Comissão Política Nacional, a escolha do militante que deverá exercer as funções de Primeiro-Ministro.
- 2 — Deliberar sobre o preenchimento do cargo de Presidente do Partido.
- 3 — Deliberar sobre a convocação do Congresso e aprovação do respectivo Regulamento.

O vice-presidente da Mesa
Mário Montalvão Machado

Editorial

O País tem os olhos em nós

1. No fim-de-semana deverão os órgãos competentes do Partido Social-Democrata pronunciar-se sobre o preenchimento dos cargos desempenhados por Francisco Sá Carneiro.

Uma escolha para nós dolorosa, pois a ausência de quem morreu o melhor de nós. Sabemos que é nas horas difíceis que a lealdade e dedicação são postas à prova, e o País e dos ideais que perfilhamos.

A ausência de Sá Carneiro, ficámos mais conscientes do símbolo e garantia da unidade do Partido e da solidariedade que a todos nos liga, do sentimento de insatisfação permanente que nos habita em ele, a nossa responsabilidade, como dirigentes ou até simples simpatizantes, de não termos que preencher um vazio irreparável, mas com a maior sensatez e pontualidade.

Em todos, conscientes de que o País tem os olhos em nós, estar à altura da hora que atravessamos, tendo de parte quaisquer querelas ou divergências nas lutas pelo poder, e colocando acima de tudo do que nunca, os interesses de Portugal e da Democracia.

A derrota eleitoral que sofreu no passado o candidato apoiado pela AD é mais uma dificuldade no caminho que traçámos. Dificuldade de diferente natureza, posto que só a honestidade é irreparável, mas sem dúvida dificuldade

Continua na pág. 12

Pedro Roseta na Assembleia da República

Sá Carneiro: UMA VIDA DEDICADA AO BEM DOS PORTUGUESES

Senhor Presidente
Senhores Deputados

"Já que não podemos usufruir da riqueza da sua companhia, saibamos pelo menos aproveitar a lição das suas vidas".

Assim começou Sá Carneiro a sua intervenção de evocação da notável personalidade que foi Pinto Leite em Novembro de 1970.

Esmagados pelo tremendo desastre que não só afastou de nós três companheiros de eleição, como roubou a Portugal o seu Primeiro-Ministro e o seu ministro da Defesa Nacional, vamos no mesmo espírito recordar hoje, no sétimo dia, as personalidades excepcionais de Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e António Patrício Gouveia.

Continua na pág. 12



A Assembleia da República efectuou ontem uma sessão especial destinada a evocar a memória dos três deputados falecidos no trágico acidente do passado dia 4: Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e António Patrício Gouveia. O plenário aprovou, no final um voto de pesar e observou um minuto de silêncio. Durante a sessão usaram da palavra, em nome dos diversos grupos parlamentares, Pedro Roseta, Mário Soares, Gilveira Dias, Ferreira do Amaral, Lopes Cardoso, Magalhães Mota, Helena Cidade Moura, que prestaram homenagem à memória dos três deputados falecidos. A comensar com o teor da sessão, registamos as intervenções provocatórias dos representantes do PC e de UDP, repudiadas pela Câmara e pela assistência.



Na Basílica da Estrela, em Lisboa, foi ontem celebrada missa de 7.º dia por intenção das vítimas do trágico acidente em que pereceu Francisco Sá Carneiro. O templo encontrava-se completamente cheio e centenas de pessoas tiveram de ficar no exterior da Basílica. Presentes todos os membros do Governo, representantes dos partidos democráticos e delegações diplomáticas estrangeiras. Gonçalo Ribeiro Teles, Diogo Freitas do Amaral e Leonardo Ribeiro de Almeida procederam a leituras durante a liturgia.

CERRAR FILEIRAS

Um título distorcido em manchete da edição de ontem do "Portugal Hoje" e a mim atribuído poderá ter induzido em erro acerca da posição da Directora do "Povo Livre" neste momento, que não corresponde à que aquele jornal pretende veicular.

Gostaria de reiterar aqui, como directora deste jornal e acima de tudo como militante do PSD, que a nossa atitude só pode ser uma, na hora grave que atravessamos — cerrar fileiras, garantir e reforçar a unidade e coesão do Partido e da Aliança Democrática.

Quem quer que venha a ser escolhido para desempenhar os cargos ocupados por Sá Carneiro no Governo e no PSD deve ter, à partida, todo o nosso apoio e solidariedade. É neste espírito que devemos prosseguir, e nesta disposição que apelo a todos os membros do Conselho Nacional para que preparem, serenamente e sem dar ouvidos a boatos, a importante decisão que será tomada no próximo sábado.

H.R.

EDIÇÃO N.º 335 do "Povo Livre" | de 11 de dezembro de 1980

Uma semana após o falecimento de Sá Carneiro, era celebrada, na Basílica da Estrela, em Lisboa, missa de 7.º dia por intenção das vítimas da tragédia. No Parlamento, Pedro Roseta evocava o fundador: "Uma vida dedicada ao bem dos portugueses".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ÍLHAVO

ALTERAÇÃO DA HORA PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022

Ao abrigo dos termos do Artigo 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo, em sessão ordinária, que terá lugar no próximo **dia 10 de Dezembro de 2022 (sábado), pelas 18H00**, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Plano de Atividades e Orçamento, ano 2023 PSD Ílhavo;
3. Análise da situação político-partidária local e nacional;
4. Outros assuntos.

MARINHA GRANDE

Ao abrigo do ponto 5 do artº 4, do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção da Marinha Grande para reunir, no **dia 14 de Janeiro (sábado) de 2023, pelas 14H00**, na Sede Concelhia, situada na Avenida Primeiro de Maio, 72, Marinha Grande com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas de candidatura devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD entre as 22H00 e as 24H00 ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As Eleições decorrerão entre as 14H00 e as 19H00.

Têm capacidade eleitoral os militantes inscritos na Secção há, pelo menos seis meses e que tenham as suas quotas em dia no décimo dia anterior à eleição.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo **dia 27 de Janeiro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Biblioteca Municipal da Moita, sita na Rua Dr. Alexandre Sequeira 36, Moita, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação Orçamento 202;
3. Análise da Situação Política.

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo **dia 21 de janeiro de 2023 (sábado), pelas 16H00**, na Sede de Secção, sita na Avenida Barjona de Freitas-Edf Alto Minho com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 16H00 às 20H00.

As listas candidatas à Mesa da Assembleia e à Comissão Política de Secção devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

LISBOA

ALTERAÇÃO DE LOCAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo dia 21 dezembro de 2022, com início pelas 20h, na sede do PSD Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação da Sebenta Jovem Autarca;
- 3 – Apresentação do Guia do Associativismo para o ensino secundário;
- 4 – Análise da situação política local e nacional;
- 5 – Outros assuntos.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

DELIBERAÇÕES

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO
DE JURISDIÇÃO NACIONAL





CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Deliberação II/Julho/2022

I - Dos Pedidos

No passado dia 26 de junho de 2022, a Comissão Política Distrital de Setúbal e a Comissão Política Concelhia de Grândola, representadas pelos seus presidentes, respetivamente Paulo Ribeiro e Jacinto Ventura, solicitaram ao Conselho de Jurisdição Nacional a anulação de uma decisão do Secretário-Geral do PSD, José Silvano.

A decisão - a aceitação da inscrição no PSD de Carlos Manuel Tojinha Gamito - foi tomada ao abrigo da figura do “recurso automático”, decorrente do art. 4º do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes [RATM], e, no entender dos Participantes, em violação deste.

II - Da Jurisprudência

No Deliberação 4/junho/2022, de dia 29 de junho de 2022, o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD determinou:

- a) declarar nulo o artigo 4º do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes, por violação dos Estatutos do PSD, que institui a figura do “recurso automático” em caso de recusa de candidaturas a militante;
- b) considerar não escritos todos os trechos do referido regulamento que decorram do instituto do recurso automático, declarado nulo;
- c) alterar ou aditar - nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 28º dos Estatutos - os três preceitos estatutários que em baixo se elencam, ficando estes com a seguinte redação:

Art. 5º, n.º 3, Estatutos Nacionais

[Requisitos e Processo de Admissão]

“A decisão sobre o pedido de inscrição compete à Comissão Política de Secção, com base em parecer da Comissão Política de Núcleo, cabendo recurso para a Assembleia de Secção.”

Art. 53º, n.º2, alínea g), Estatutos Nacionais

[Composição e Competência]

NOVA ALÍNEA g) “decidir sobre os recursos de admissão de militantes, por solicitação de qualquer militante.”;

Art. 56º, n.º2, alínea b), Estatutos Nacionais

[Competência da Comissão Política de Secção]

Compete à Comissão Política de Secção “decidir sobre os pedidos de filiação no Partido, cabendo recurso para a Assembleia de Secção.”;

III - Da decisão

Assim, com base na Deliberação 4/junho/2022, de 29 de junho de 2022, anula-se a decisão de admissão de Carlos Manuel Tojinha Gamito, tomada pelo Secretário-Geral do Partido, José Silvano.

Notificações:

- Aos Participantes, Paulo Ribeiro e Jacinto Ventura;
- Ao Secretário-Geral, para agir em conformidade; remeter a Carlos Gamito o presente despacho, bem como a Deliberação 4/junho/2022; e publicar no Povo Livre.



Paulo Colaço
Presidente

2 de julho de 2022